



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 567096 - RS (2020/0069031-6)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
NILTON LEONEL ARNECKE MARIA - RS054268  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : YURI MACIEL CORREIA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### EMENTA

*HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

### DECISÃO

Trata-se de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado em favor de YURI MACIEL CORREIA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul proferido no HC n.º 0202966-78.2019.8.21.7000.

Narra a Impetrante que o Paciente foi condenado "como incurso no art. 33, *caput*, e §4º, da Lei n. 11.343/06" e absolvido "das imputações dos artigos 14 e 16, parágrafo único, inc. IV, ambos da Lei n. 10.826/03, com base no art. 386, inc. III, do CPP (fls. 3-4), cominando-lhe a pena de 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão, em regime aberto, e multa de 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato" (fls. 3-4; sem grifos no original).

Inconformados, o Ministério Público e a Defesa interpuseram recurso de apelação. O Tribunal de origem negou provimento ao recurso defensivo e deu parcial provimento ao apelo ministerial "a fim de condenar o acusado nas sanções dos artigos 16, inciso IV e art. 14, *caput*, ambos do Estatuto do Desarmamento, exasperando-se, também, a pena aplicada pelo crime de tráfico de drogas. A pena foi redimensionada ao total de 9 (nove) anos e 562 (quinhentos e sessenta e dois) dias-multa à razão unitária de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente ao tempo do fato, em regime fechado" (fl. 395, sem grifos no original).

Neste *writ*, a Impetrante sustenta, em síntese, que o acórdão combatido "nega vigência ao artigo 14, *caput*, da Lei nº 10.826/03, e artigo 386, III, do Código de Processo Penal, pois diversamente da interpretação havida, deve ser reconhecida a atipicidade material da conduta de porte de munição de uso permitido imputada ao recorrente, pela caracterização da insignificância penal, considerando-se a ausência de potencialidade lesiva, a demonstrar a desproporção para a intervenção penal" (fl. 5).

Afirma que não há tipicidade material porquanto o Paciente "não portava arma de fogo compatível com a munição apreendida, qual seja, de calibre .38" (fl. 6).

Requer, em liminar e no mérito, a absolvição do Paciente das "imputações do art. 14, *caput*, da Lei n.º 10.826/03, pelo reconhecimento da atipicidade material de sua conduta, sob pena de negativa de vigência a esse dispositivo de lei federal e ao artigo 386, III, do Código de Processo Penal" (fls. 12-13).

É o relatório.

Decido.

Verifica-se que a Parte Impetrante não juntou aos autos cópia dos documentos

necessários para a comprovação de suas alegações (colacionou tão somente o acórdão impugnado, que, por si só, não é suficiente para a análise da controvérsia - os demais documentos são relativos a outro indivíduo chamado Diego Lermen), de modo que não é possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, na medida em que o *writ* foi mal instruído.

Como se sabe, compete à Defesa narrar e instruir completa e adequadamente o *habeas corpus* (ou seu respectivo recurso). Dessa forma, como a Defesa não se desincumbiu do ônus de formar adequadamente os autos, olvidando-se de que o *habeas corpus* "pressupõe prova pré-constituída do direito alegado" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 28/06/2018), não há como apreciar o mérito do *writ*.

No mesmo sentido: HC n.º 508.081/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.614/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.591/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.828/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe de 08/05/2019.

Cumpramos ressaltar que não há óbice à impetração de novo *habeas corpus* (com a juntada dos documentos necessários).

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora